



# Resiliência da forma urbana ou sobre a persistência do espaço público de exceção no centro de Vitória

**Flavia Ribeiro Botechia**  
Prefeitura Municipal de Vitória  
[flaviabotechia@gmail.com](mailto:flaviabotechia@gmail.com)

## ABSTRACT

*This article intends to explain the results of the first stage of development of a research whose main objective is the study of the genesis and material formation of the public space of the Centro neighborhood, Vitória, Espírito Santo, Brazil, specifically its spaces of exception, the squares. Based on a theoretical-methodological reference anchored in urban morphology and in the study of the persistence of urban forms, this text was organized in three parts. In the first part, the characteristics of the phenomenon of the persistence of urban forms are individualized through literature review. The second part presents the methodology used and in the third part, the results and partial discussions are discussed.*

**Keywords:** Resilience; Persistence; Public Space; Square; Morphology.

## 1. INTRODUÇÃO

Em termos conceituais e para o *Resilient Design Institute*, resiliência é a capacidade de adaptação de um indivíduo, comunidade ou região às mudanças, recuperando-se após um impacto, envolvendo uma propriedade que alguns corpos apresentam de retornar ao estado original após uma deformação temporária. Para o ONU-Habitat III (2015, p.1), “[...] a resiliência é tanto uma qualidade do desenvolvimento urbano sustentável quanto um estímulo ao próprio desenvolvimento”. No contexto da administração municipal, a resiliência de uma área urbana aponta para os desafios de se planejar o futuro pensando na imprevisibilidade, sendo necessário considerar a cidade como um sistema dinâmico e complexo, que precisa se adaptar a vários desafios, em quatro escalas: funcional (a geração de receita municipal), organizacional (governança), física (infraestrutura) e espacial (planejamento e designs urbanos).

Mas a origem e o significado atual do termo resiliência envolve um grupo diverso de teóricos e foi estudada por Meerow et al. (2016) por meio de análise bibliométrica e revisão da literatura. Esses autores identificaram um conjunto de definições que, embora muitas vezes contraditórias, tencionam cinco questões principais: equilíbrio/ desequilíbrio; abordagem positiva/ neutra (negativa);



# Sustentabilidade Urbana

## 14ª Jornada Urbanere e 2ª Jornada Cires



mecanismos de transformação (persistência, transição e transformação); adaptação/ adaptabilidade; escala de tempo. E é na intersecção destas várias perspectivas que foi sugerida uma definição de resiliência urbana, adotada neste artigo:

A resiliência urbana refere-se à capacidade de um sistema urbano - e de todas as suas redes socioecológicas e sociotécnicas constituintes em escalas mundiais e espaciais - manter ou retornar rapidamente as funções desejadas diante de um distúrbio, se adaptar às mudanças e transformar rapidamente os sistemas que limitam a capacidade de adaptação atual ou futura (MEEROW et al., 2016, p. 39).

Mas qual poderia ser a ligação entre resiliência e o estudo da forma urbana? Considerando a adoção da definição proposta por Merrow et al. (2016) e tomando conhecimento da diversidade de questões postas, propõe-se para este artigo uma abordagem da resiliência pela perspectiva dos mecanismos de metamorfose, mais especificamente do processo de persistência morfológica que incide, no tempo, sobre a materialidade da cidade e de como este deve ser um fator para embasar o planejamento urbano. A imagem da mola que é distendida, mas retorna à forma original é predominante na tratativa da resiliência mas não é a única. E se a capacidade de ser resiliente envolvesse um nível de deformação permanente; e se fosse justamente esta deformação que fizesse com que a forma original persistisse no tempo? Optou-se, com isso, pelo estudo do fenômeno da persistência da forma urbana como um tipo de resiliência, afinal, dentre os princípios de desenho que objetivam a resiliência está a durabilidade como fator que a fortalece:

[...] as estratégias que aumentam a durabilidade aumentam a resiliência. A durabilidade envolve não apenas práticas de construção, mas também design de construção (os edifícios bonitos serão mantidos e durarão mais tempo), infraestrutura e ecossistemas (RESILIENT DESIGN INSTITUTE, 2017).

Pensando pelo viés da durabilidade como característica da resiliência, para autores da área da morfologia e história urbana, o elemento com o mais alto grau de persistência é o espaço público (LAVEDAN, 1926; CONZEN, 1960). Se na cidade de Vitória, Espírito Santo, Brasil, o bairro centro é considerado como um dos que tem fundação mais antiga definiram-se como ponto de partida para uma pesquisa com perfil teórico-metodológico ancorado na morfologia urbana, algumas questões preliminares: qual foi o processo de formação das praças do centro? As atuais praças são formas persistentes de espaços públicos pretéritos? Estas questões desdobraram-se num trabalho de investigação, que se encontra na primeira etapa de desenvolvimento, cujo objetivo principal é o estudo da gênese e formação material do espaço público do centro da cidade de Vitória, Espírito Santo, mais especificamente de seus espaços de exceção, ou seja, das praças:

O termo praça tem origem latina – *platea* – e a sua utilização procura identificar um espaço público, de carácter excepcional que morfológicamente, se distingue dos espaços canais constituídos pelas ruas. No entanto, a esta aparente clareza morfológica correspondem espaços muito diversificados, cobertos por uma variedade de nomenclaturas e que de forma alguma constituem uma invariante cultural (DIAS COELHO, 2007, p. 24).

Justifica-se o desenvolvimento deste artigo pela raridade de publicações de estudos teóricos à escala local, com referencial teórico da Morfologia Urbana e sobre a gênese do espaço público, ao modo como desenvolvido pelo grupo *Formaurbislab*, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Dias Coelho, principal fonte de referência da pesquisa. Importante ressaltar que a literatura existente versa sobre acontecimentos políticos, sociais e econômicos que incidem ou podem ter incidido sobre a formação do espaço público como é caso do conteúdo dos livros *Logradouros antigos de Vitória*, de Elmo Elton, e *História do Espírito Santo*, de Maria Stella de Novaes. Dessa forma, justifica-se a relevância

científica do artigo pela contribuição que poderá dar aos estudos da materialidade da cidade, de suas transformações ao longo do tempo e dos agentes envolvidos com a produção da forma.

Diante de uma variedade de implantações, formas e origens, propõe-se para este artigo a apresentação dos resultados parciais referentes a primeira experiência de análise métrica comparativa e diacrônica de 15 praças do bairro Centro, à mesma escala, para avaliação da gênese do espaço público de exceção (**Figura 1**). Nesta etapa foi possível comparar quatro fases a partir do redesenho em software de georeferenciamento (Qgis versão 2.14.8 – Essen) das cartografias dos anos de 1767, 1909, 1931 e 2018, justificada esta escolha por se tratarem dos anos das principais plantas baixas do centro com representação dos três elementos morfológicos básicos: rua, lote/quadra e edifício.

**Figura 1.** Mapa do bairro Centro com demarcação dos limites administrativos e das praças existentes em 2018.



Localização do bairro Centro nos limites do município de Vitória.



**Fonte:** Botechia, 2018.

Partindo do objetivo exposto, este artigo foi organizado em três partes. Na primeira, individualizam-se as características do fenômeno da persistência das formas urbanas por meio de revisão da literatura. Na segunda parte, explicita-se a metodologia utilizada e na terceira parte, apresentam-se os resultados e discussões parciais.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Em se tratando da história das áreas centrais urbanas, é o patrimônio edificado que aflora como detentor dos vestígios materiais da memória do lugar. Nada mais do que o óbvio, a tridimensionalidade impregna, toca, assalta aos olhos, enumeram-se catedrais, claustros, castelos, edificações civis. Entretanto, estes não são os únicos remanescentes do passado na cidade e, por hipótese, nem mesmo os mais antigos posto que há um nível da materialidade que vem do passado no plano bidimensional, no traçado urbano, nos espaços públicos, nas ruas e nas praças, no “chão da cidade”(PORTAS, 2005). Autores como Lavedan (1926), Conzen (1960), Muratori (1963), Pinon (2008), Dias Coelho (2014), dentre outros, dão especial atenção a esta questão ao tratar da identificação da persistência do espaço público, incluindo o tempo como dimensão de análise da forma naqueles tecidos que resultam de um processo sedimentar.



# Sustentabilidade Urbana

## 14ª Jornada Urbanere e 2ª Jornada Cires



Pierre Lavedan é reconhecidamente um dos primeiros a fazer um estudo sistemático e aplicado sobre a persistência da forma urbana por meio de análise cartográfica. Ao identificar os elementos geradores da planta da cidade, o autor identificou uma lei, “não universal, nem absoluta”, a qual denominou por “*loi de la persistence du plan*” (LAVEDAN, 1926, p. 91), segundo a qual, algumas ruas da cidade perduram por séculos. Testando este argumento, para verificar aquelas formas urbanas transmitidas no tempo, Lavedan fez um estudo cartográfico tentando identificar casos empíricos de persistências: uma estrada no caso de *Tell el Amarna*, o plano da antiga cidade de *Salonique*, caminhos medievais de *Fourvières*, a muralha medieval convertida no eixo das avenidas em *Beaumont*, além de outros exemplos em *Périgord*, Cambridge, Paris e Munique. Assim, distintos e sucessivos períodos históricos podem ser estudados e interpretados pelo simples fato de que pode ser estabelecida uma conexão comparativa entre diferentes tempos, posto que alguns elementos permaneceram.

Pierre Pinon, alguns anos mais tarde, com a publicação do artigo *Défense et illustration de la “Loi de persistence du plan”*, recuperou a questão lançada por Lavedan para identificar a persistência de fragmentos preexistentes na análise de plantas de algumas cidades francesas de fundação romana. Fez isso defendendo como método de reconstituição da materialidade do traçado, a “prospecção” retrospectiva por meio de fotografias aéreas, mapas cadastrais e análise morfológica dos tecidos urbanos. Procedendo então com a análise retrospectiva de *Bourges*, *Amiens*, *D’Autin*, *Limoges* e Paris, Pinon aponta as diferenças conceituais entre persistência e permanência (tratadas por Lavedan, no texto de 1926), e evidencia pontos fundamentais para serem observados antes de se iniciar qualquer pesquisa: a existência de tipos de plantas urbanas (de matriz colonial, ortogonal, romana, etc., a depender da história da cidade); o fenômeno da conservação do traçado (identificação preliminar de evidências topográficas, implantação de edifícios, antigos caminhos); e a possibilidade de se reconstituir as fases intermediárias da planta.

Conzen, por sua vez, ao se deter sobre análises de pequenas cidades e vilas inglesas identificou a existência de processos morfológicos que agiram sobre a substituição das formas urbanas, em três escalas: da planta da cidade, da edificação e do uso. Pelo menos dois verbetes do *Glossário de termos técnicos*, elaborado por este autor, fazem referência à temática abordada: *Persistence of inherited forms*; e *Systematic differentiated persistence of forms (principle of)*. Na definição destes termos, Conzen afirmou que o “plano urbano” (composição bidimensional da planta da cidade) é dentre os elementos morfológicos aquele mais persistente e que a longevidade das formas urbanas está relacionada ao seu uso.

Variantes e invariantes são também objeto de avaliação de Jallon et al. (2017, p. 47) no estudo do potencial morfológico dos edifícios do Plano Haussmann, em Paris, e sua “[...] extraordinária resiliência em termos espacial, climático, estrutural e técnico”. Os autores consideraram que o edifício teve um modelo persistente e resiliente capaz de absorver as modificações das diferentes regulações urbanas, ao longo do tempo, sem desaparecer. Dentre vários mecanismos, destaca-se, no contexto da referida pesquisa, o “mecanismo do mezanino” que cria uma modulação urbana e pontos de contato entre público e privado.

Especificamente sobre as praças, as publicações de referência para esta pesquisa foram *A praça em Portugal*; *Os elementos urbanos*; *O tempo e a forma*; além de teses e artigos dos pesquisadores vinculados ao Prof. Dr Carlos Dias Coelho e a produção do laboratório de pesquisa *FormaUrbisLab*. Para Dias Coelho (2007), amparado em estudos pretéritos e diante da possibilidade de comparar retrospectivamente os elementos urbanos para deduzir os princípios que os teriam gerado, reforça-se



# Sustentabilidade Urbana

## 14ª Jornada Urbenere e 2ª Jornada Cires



um dos fatores que distingue as praças entre si, ou seja, sua gênese, fator pelo qual se justifica uma pesquisa dessa natureza:

Um dos factores que mais distingue as praças entre si é o próprio processo que as origina, isto é, se foram o resultado de um processo evolutivo que foi sedimentando progressivamente a sua forma ou, pelo contrário, se foram construídas a partir de um projecto integralmente pré-concebido (DIAS COELHO, 2007, p. 30).

Nesta busca pela gênese, no caso português, verificou-se dentre outros resultados que equipamentos civis e religiosos estruturaram o uso e a forma dos espaços livres aos quais estavam associados. Entretanto, comparativamente no tempo, muitos dos exemplares pesquisados passaram por transformações com integral substituição de elementos tridimensionais e bidimensionais originais. Neste caso, a aferição de persistências somente se deu no que concerne a localização ou ao encontro de vias que deram origem as mesmas.

Na América Latina, alguns autores procederam com investigações correlatas. Waisman em *O interior da História* (2013) enumera dez conceitos instrumentais para o desenvolvimento de estudos históricos e prática arquitetônica, dentre os quais “as durações históricas”. No contexto nacional, ganhou relevância o trabalho desenvolvido por Nestor Goulart Reis, Mauricio de Almeida Abreu e Sergio Buarque de Holanda, para citar os pioneiros, dentre outros. Reis (2004), por exemplo, e em trechos selecionados, dialoga com a hipótese de que estruturas anteriores podem ter condicionado, pela continuidade, estruturas subsequentes. Desse modo seria possível identificar sinais, por meio de análise cartográfica, da direção de uma muralha, que já não existe mais, mas que persiste na composição do traçado das ruas da cidade.

A relação entre a resiliência da forma pretérita e forma atual dos espaços públicos de exceção, poderia ser identificada no centro da cidade de Vitória? A falta de estudos com este perfil sobre o referido objeto, em paralelo à identificação de cartografias nos arquivos locais que possibilitassem este tipo de investigação, levou ao desenvolvimento de um estudo aplicado que se apresenta, em parte, a seguir.

### 3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa que envolve além da formação de base teórica, obtida por meio de consulta a documentos textuais, procedimentos de recolha documental, redesenho em software de geoprocessamento, classificação e análise comparativa de elementos urbanos individualizados.

O procedimento para coleta de dados passou por dois estágios. O primeiro compreendeu etapas de identificação de documentação, recolha em arquivos, periodização, georreferenciamento e redesenho para equalização das representações, utilizando o *software* QGIS. Neste estágio foram consultados os bancos de dados de diversas instituições, tais como: Biblioteca Nacional do Brasil, Universidade Federal do Espírito Santo, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Instituto Jones dos Santos Neves, Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Regional Espírito Santo), Arquivo Geral Municipal de Vitória, Centro de Documentação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade.

No segundo estágio, procedeu-se com a comparação entre as reconstituições de tempos distintos em escalas idênticas e sistematização de dados obtidos. Realizou-se a interpretação das informações



# Sustentabilidade Urbana

## 14ª Jornada Urbenere e 2ª Jornada Cires



fazendo um exercício comparativo das diferentes fases da forma urbana, procurando-se analisar a forma externa da praça, em planta baixa, compreendo inclusive as ruas do entorno imediato. Não foram avaliados neste momento os elementos tridimensionais do entorno (edificação), tão pouco os elementos constitutivos da praça tais como mobiliário urbano, arborização ou pavimentação. Por outro lado, buscou-se referência na literatura para construção de uma linha do tempo. De modo geral, as questões que neste momento não foram consideradas na análise, farão parte das etapas posteriores da pesquisa e serão oportunamente contempladas.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Notadamente, neste ano de 2018, o bairro Centro, nos seus 94ha, possui 15 praças com características formais e funcionais específicas. Com intuito de avaliar retrospectivamente estas praças, para comparar e deduzir os princípios que as teriam gerado procedeu-se primeiro com o redesenho cartográfico.

Com o redesenho da cartografia de 1767 foi possível verificar a existência de quatro largos defronte as Igrejas de São Thiago e da Misericórdia, da Nossa Senhora da Vitória (matriz), de Nossa Senhora da Conceição da Prainha e do Convento de São Francisco e Santo Antônio. A respeito destes largos, a leitura de Novaes (s.d.) e Elton (1999) registrou as toponímias, respectivamente, de Largo do Colégio/ Largo Afonso Brás, Largo da Matriz e Prainha ou Largo da Conceição. Sobre a área defronte ao Convento não foram localizados indicativos de toponímia.

Além destes espaços, sem dúvida de uso público e associados a equipamentos religiosos se notam no documento cartográfico alguns espaços livres, com função comercial, na forma de estruturas que avançavam sobre a linha d'água, do tipo cais, com destaque para a inscrição no mapa: “trapiche que foi dos padres da companhia”. Nota-se ainda neste documento uma área central e alagada que, na literatura (NOVAES, s.d), se identificou por “pelames” e outro espaço do pelourinho junto a Casa de Câmara e Cadeia, localizada entre a Igreja da Misericórdia e a matriz.

Com o redesenho da cartografia de 1909, foi possível verificar a existência de cinco praças: Praça João Clímaco, Pedro Palácios, Santos Dumont, Costa Pereira e Paula Castro. A primeira é uma continuidade, no tempo, do Largo do Colégio embora a forma urbana em 1909 envolva uma ampliação com a incorporação de área derivada de desapropriação e demolição de um quarteirão inteiro. A Praça Pedro Palácios, por sua vez, com formato retangular que se aproxima da atual Rua Pedro Palácios, parece ser a extensão do lugar do pelourinho registrado no documento de 1767, reforçando a importância da rua pela presença de equipamentos públicos. A Praça Santos Dumont é, comparativamente à planta anterior, uma incorporação e ampliação do lugar do Cais Grande (ou Cais da Alfândega), embora numa fase ajardinada e urbanizada. A Praça Costa Pereira apresenta-se como área pública, nas imediações do mesmo lugar do antigo Largo da Conceição, mas com configuração das bordas alterada pela construção de aterros e edifícios, bem como da demolição de estruturas antigas como foi o caso da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha. A Praça Paula Castro, por fim, sobrepõe-se ao mesmo lugar dos pelames:

[1858] Cuidava o Governo de dar à cidade logradouros públicos de acordo com o desenvolvimento da população. Por isso, mediante a lei 27, de 26 de julho de 1858, desapropriou, nos Pelames, terrenos adjacentes ao Convento do Carmo e casas, que estavam arruinadas na Rua do Carmo de Baixo (Carmo pequeno) e Ladeira da Várzea, a



# Sustentabilidade Urbana

## 14ª Jornada Urbanere e 2ª Jornada Cires



fim de converter-se a área, desse modo conseguida, numa praça pública, arborizada, com chafariz e tanque de lavar, provido de água da Fonte Grande (NOVAES, s.d., p. 236).

Aparece ainda em destaque pelo desenho e pela toponímia, nesta mesma cartografia de 1909, o Jardim Municipal defronte a baía de Vitória. Nesta região litorânea também há inúmeros cais com protagonismo nos acontecimentos e na vida pública da cidade. Importante notar que não se tratam dos mesmos cais da planta de 1767, transcorridos pouco mais de um século entre um tempo e outro, a linha do litoral já não era mais a mesma tendo passado por aterros:

[1859] Reformou-se o Cais das Colunas, fronteiro ao Palácio Provincial, onde saltariam SSMM. Construiu-se uma ponte, para o desembarque; ergueram-se dois palanques, a direita e a esquerda, junto ao referido cais. Calçou-se a Praça do Cais. Em atenção ao seu elevado destino o Cais do Desembarque, ou das Colunas, recebeu o nome de Cais do Imperador, conservado, até princípios deste século, quando se transformou em Cais Marechal Hermes. Atualmente, com o aterro do Porto é uma praça – Praça Roosevelt [...] (NOVAES, s.d., p. 240)

Na planta de 1931, por toponímia indicam-se 4 praças: Praça João Clímaco, Marechal Hermes, Oito de Setembro e Costa Pereira. Ainda há indicativos de outras quatro áreas que seriam pretéritas às atuais Praças Irmã Josepha Hozanah, da Prefeitura (Paço Municipal), Cecília Monteiro e o que, em anos subsequentes, viria ser a Praça Dom Luiz Scortegagna. No sentido oposto ao processo morfológico da sobreposição, nesta cartografia registra-se o processo de demolição do edificado pelo espaço livre e, posteriormente e novamente, do reverso, ou seja, do espaço livre pelo edificado. A exemplo do que se relata está o “Local destinado para o edifício dos Correios e Telégrafos”:

[1874] Com a presença das autoridades, dos funcionários públicos e do povo, inaugurou-se no dia 6 de janeiro de 1874 a praça do Mercado, construída de acordo com a lei 16, de 30 de novembro de 1864, e cuja pedra fundamental foi colocada, a 25 de dezembro de 1872. Seu regulamento foi sancionado, a 19 de dezembro de 1873. A 8 do mesmo mês de janeiro, foi nomeado seu primeiro administrador, Isidro José Caparica [...] No lugar dessa praça, está atualmente o edifício dos Correios e Telégrafos em Vitória (NOVAES, s.d., p. 263).

Localizada onde foi construída a sede dos Correios e Telégrafos, inaugura em 1934. Antes dessa construção funcionava aí o Mercado Municipal. Esse mercado foi mandado construir em 1871 pelo presidente Francisco Pereira Correa, sendo o projeto de autoria do engenheiro Manoel Moniz Freire [...] Era um prédio de pedra com três alas, em U, com área interna e alpendres [...]. Foi demolido em 1926 (ELTON, 1999, p. 86).

Na análise comparativa dos espaços públicos de exceção e do redesenho da planta baixa do Centro nos anos 1767, 1909, 1931 e 2018, foi possível construir hipóteses da gênese das atuais praças do bairro (**Figura 2**). Das 15 praças atualmente existentes, 3 delas tem origem em projetos urbanos realizados para o solo criado por meio de aterros durante a década de 1960, são elas: Praça Francisco Teixeira da Cruz, Papa Pio XII e Getúlio Vargas. Outras 3 delas tem origem nos programas da Prefeitura de Vitória de urbanização de áreas públicas, responsáveis pela execução de projeto e obras em áreas livres existentes, são elas: Praça Manoel Silvino Monjardim, Hilderico Araujo e Odilon Souza Barboza. A primeira defronte a antiga Residência Monjardim, no início da Avenida Jerônimo Monteiro, e as duas últimas na área de encostas do bairro.

Outras praças tiveram gênese na demolição de quarteirões e, conseqüentemente, foram criadas em função de projetos eruditos de higienização e embelezamento da cidade de Vitória nas primeiras décadas do século XX: Praça João Clímaco (no seu trecho ajardinado), do Rotary, Roosevelt e trecho da Praça Dom Luiz Scortegagna.

Por fim e em destaque tornam-se exemplo de casos de persistência de espaços públicos coloniais, principalmente de largos vinculados a equipamentos religiosos e cais vinculados a atividades comerciais, as praças João Clímaco, 8 de Setembro, Irmã Josepha Hozanah, Costa Pereira, Ubaldo Ramalhete Maia, Dom Luiz Scortegagna, Cecília Monteiro e Praça Roosevelt (em parte), conforme registrado no **Quadro 1**.

**Figura 2.** Mapa do bairro Centro com sobreposição da demarcação do limite externo das praças nos anos pesquisados de 1767, 1909, 1931 e 2018.



Fonte: Botechia, 2018.

**Quadro 1.** Quadro comparativo das praças cuja gênese enquadra-se em persistência do espaço público.

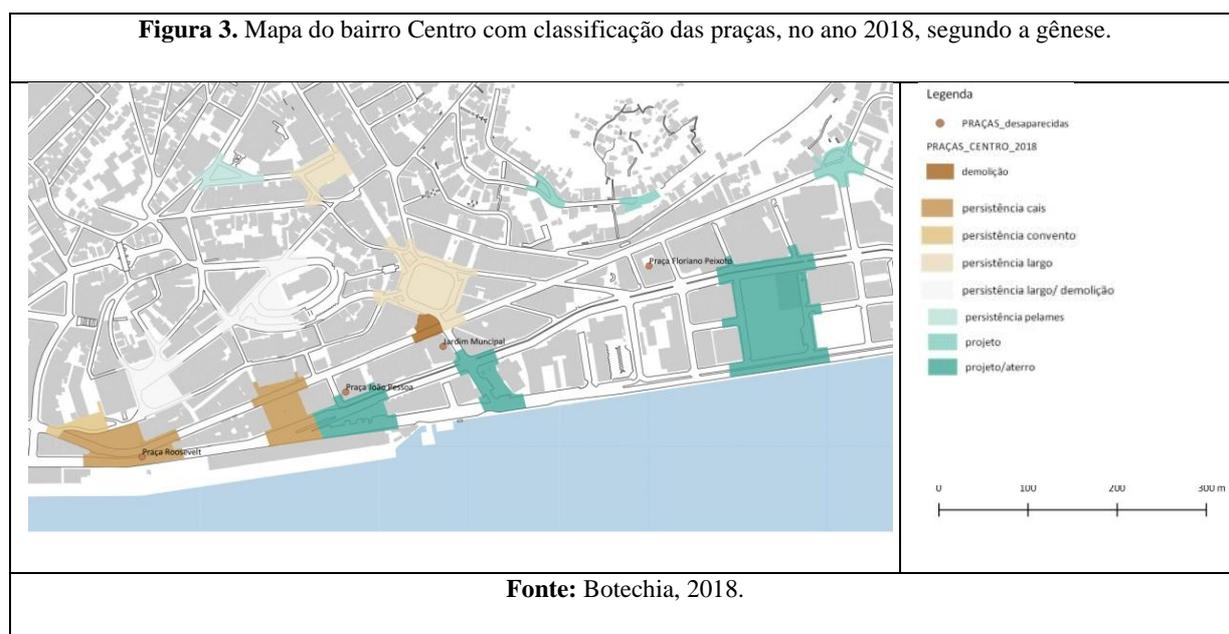
Forma atual/ toponímia atual	Formas pretéritas/ toponímias pretéritas		
João Clímaco	Largo Afonso Brás	Largo do Colégio	
8 de Setembro	Praça Santos Dumont	Cais Grande	Cais da Alfândega
Irmã Josepha Hozanah	Praça Paula Castro	Pelames	
Costa Pereira	Praça da Independência	Praça do Teatro	Largo da Conceição; Prainha
Ubaldo Ramalhete Maia	Paço Municipal	Pelames	
Dom Luiz Scortegagna	Largo da Matriz		
Cecília Monteiro	Jardins do Convento Jesuíta		
Roosevelt	Praça Hermes da Fonseca	Praça do Imperador	Cais e praça das colunas

Fonte: Botechia, 2018.

Não se pode considerar que este último caso relatado seja considerado exemplo de permanências da forma urbana, uma vez que houve distorção, agregação e/ou rotação da forma original em comparação com a forma pretérita. Configuram-se, portanto, como casos de persistências de localização, associadas na maior parte das vezes à existência de igrejas ou conventos de origem colonial e, portanto, derivando de antigos largos a estes associados. Neste sentido, foi possível aferir

que não se tratam dos mesmos espaços públicos, e não se trata de ter ocorrido somente uma mudança de toponímia. No caso específico da Praça Costa Pereira, por meio da comparação das variações de forma do espaço público, inicialmente um largo defronte a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e da formas subsequentes, ocorridas em meio demolições e remodelações do entorno, pode-se registrar o que se entende pelo processo da persistência aferido e relatado anteriormente.

Na pesquisa e nas avaliações realizadas também foi considerado como um dos processos morfológicos, o desaparecimento (**Figura 3**). Isto posto, ao longo do tempo em função principalmente da alteração da linha de litoral devido a expansão da cidade, retificação e criação de ruas, execução de aterros alguns cais desapareceram, bem como a Praça Roosevelt (em parte) dando lugar a um cruzamento viário, Praça João Pessoa/ Praça das Salsichas espaço atualmente ocupado pela sede dos Correios e Telégrafos, Jardim Municipal que derivou em parte do lote ocupado atualmente pelo equipamento cultural Sesc Glória, e Praça Hilderico Araújo que parece ter existido nas proximidades do equipamento cultural Mercado da Capixaba.



## 5. COMENTÁRIOS FINAIS

Como tudo o que dura muito tempo, a forma urbana primitiva não ultrapassou as diversas camadas do tempo sem passar por deformações, intervenções, alterações. Compreende-se com isso o o espaço público como elemento fundamental no processo de conservação da memória das cidades pois estes são mais duradouros do que os edifícios. Uma memória contida no “chão da cidade” e que pode dar indicativos para elucidar os principais elementos materiais de atravessamento entre passado e futuro.

A pesquisa bibliográfica e cartográfica realizada lançou um foco sobre a importância do estudo da persistência do espaço público também para entendimento da história urbana de Vitória, caso de estudo escolhido. A partir do que foi estudado aprofundou-se, mesmo que pontualmente, sobre os



# Sustentabilidade Urbana

## 14ª Jornada Urbener e 2ª Jornada Cires



estudos morfológicos de ruas e praças, à escala local, tendo sido possível identificar hipóteses iniciais sobre os eixos de construção do território, motivações, regras de estruturação e como estas se entrelaçaram às camadas lentas da História.

Com a pesquisa realizada também foi possível aferir, mesmo que hipoteticamente, por meio das contribuições da metodologia adotada, qual seja, a análise cartográfica comparativa de sucessivos momentos histórico, alguns dos motivos para a persistência das estruturas públicas pretéritas: a permanência de equipamentos civis ou religiosos que motivaram a construção dos espaços livres; e, possivelmente, as características das linhas topográficas existentes. Após a conclusão desta primeira etapa da pesquisa relatada neste artigo, reforça-se a possibilidade de dar continuidade as pesquisas morfológicas iniciadas, detalhando-se e aprofundando-se nas questões a fim de ganhar profundidade nas reflexões iniciais.

### REFERÊNCIAS

- CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland: a study in town plan analysis**. Londres: Instituto Britânico de Geografia, 1960.
- DIAS COELHO, C. **A praça em Portugal**. Lisboa: Direcção geral do ordenamento do território, 2007.
- DIAS COELHO, C. (org.) **Cadernos de morfologia urbana: o tempo e a forma**. Lisboa: Argumentum, 2014. v. 2.
- ELTON, E. **Logradouros antigos em Vitória**. Vitória: Edufes/ Secretaria Municipal de Cultura, 1999.
- JALLON, B.; NAPOLITANO, U.; BOUTTÉ, F. **Paris Haussmann: a model's relevance**. Paris: Park Books, Editions du Pavillon de l'Arsenal, 2017.
- LAVEDAN, P. **Qu'est-ce que l'urbanisme?** Paris: Laurens, 1926.
- MEEROW, S.; NEWELL, J. P.; STULTS, M. Defining urban resilience: a review. **Landscape and Urban Planning** 147 (2016), p. 38–49.
- MURATORI, S. et al. **Studi per una operante storia urbana di Roma**. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1963.
- NOVAES, M. S. **História do Espírito Santo**. Vitória : Fundo Editorial do Espírito Santo, s.d.
- ONU-Habitat III. **Documentos temáticos: (15). Resiliência urbana**. Nova York: ONU, 2015.
- PINON, P. Défense et illustration de la “loi de persistance du plan”: le problème de la survivance du tracé des rues dans les villes françaises d'origine antique. In: BALLEST, P. et al. (Org.). **La rue dans l'Antiquité: définition, aménagement, devenir**. Paris: Presses Universitaires de Rennes, 2008. p. 129-140.
- PORTAS, N. **Os tempos das formas: a cidade feita e refeita**. Guimarães: Universidade do Minho, 2005.
- REIS, N. G. **São Paulo: vila, cidade, metrópole**. São Paulo: Ministério da Cultura, 2004.
- RESILIENT DESIGN INSTITUTE (2017). Resilient Design Strategies. Disponível em: <<http://www.resilientdesign.org/resilient-design-strategies>>. Acesso em: 05 jan. 2018.
- WAISMAN, M. **O interior da História: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.